

Processo : TC-007201.989.20-9

Entidade : Prefeitura Municipal de Ibiúna

Assunto : Acompanhamento das Contas Anuais

**Período
examinado** : 1º quadrimestre de 2021

Prefeito : Sr. Paulo Kenji Sasaki

CPF nº : 122.549.228-90

Período : 1/1/2021 a 30/04/2021

Relatoria : Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues

Instrução : UR-9 - Sorocaba / DSF-II

Senhor Chefe Técnico da Fiscalização da Seção UR-9.3,

Este relatório consolida o resultado do acompanhamento das informações prestadas a esta e. Corte de Contas pelo órgão, no período em epígrafe.

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação do Sr. Paulo Kenji Sasaki, responsável pelas contas em exame (documento anexo).

Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEG-M:

EXERCÍCIOS	2018	2019	2020
IEG-M	C+	C	Prejudicado
i-Planejamento	C+	B	Prejudicado
i-Fiscal	C	C+	Prejudicado
i-Educ	B	C	Prejudicado
i-Saúde	B	C	Prejudicado
i-Amb	B	C	Prejudicado
i-Cidade	B+	C	Prejudicado
i-Gov-TI	C	C	Prejudicado

Obs.: índices do exercício anterior pendentes de verificação/validação pela Fiscalização, prejudicando, assim, a análise dos itens correspondentes no presente relatório.

A Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Eventuais ações fiscalizatórias desenvolvidas através da seletividade (contratos e repasses) e das fiscalizações ordenadas;
3. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
4. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema Audesp, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
5. Análise das eventuais denúncias, representações e expedientes diversos;
6. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
7. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas deste e. Tribunal de Contas do Estado;
8. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

O presente relatório quadrimestral visa contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.

Saliente-se, por oportuno, que os dados poderão ser reavaliados quando da fiscalização do fechamento do exercício, oportunidade em que todos os balanços contábeis estarão encerrados.

Ressaltamos, ainda, que a fiscalização, em virtude das limitações de locomoção causadas pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), foi efetivada remotamente, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis.

Ademais, foi antecedida de criterioso planejamento, com base no princípio da amostragem, que indicou a necessária extensão dos exames.

Outrossim, consignamos que foi autuado o processo TC-001244.989.21-6, para fins de Acompanhamento Especial da gestão das medidas de combate à referida pandemia.

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - PLANEJAMENTO

A.1.1. CONTROLE INTERNO

O sistema de controle interno está regulamentado e produz relatórios periódicos, atendendo suas funções institucionais.

Ademais, verificamos que o Controle Interno está atuando no controle dos atos e despesas relacionadas à pandemia da Covid-19 (documento anexo).

A.3. OBRAS PARALISADAS

Tendo em vista informações fornecidas pela Origem e também verificações efetuadas durante o quadrimestre, há obras paralisadas no município, conforme segue:

OBRAS PARALISADAS					
TC	Valor inicial do Contrato (R\$)	Valor total pago (R\$)	Contratada	Data da paralisação	Descrição da obra
-	315.434,87	29.509,18	F Fortes Engenharia Eireli	23/4/2020	Pavimentação e drenagem – Bairro Lageadinho e Bairro Puris
-	549.811,20	255.599,54	Kirkland & Arps Construtora e Incorporadora Eireli	12/5/2020	Recomposição, recapeamento, drenagem, calçada e sinalização – Bairro Paruru
-	1.975.966,37	651.832,81	Obragen Engenharia e Construções Ltda.	10/9/2020	Pavimentação asfáltica na Estrada dos Ribeiros e recapeamento da Av. Antônio Falci
-	554.892,69	-	Construtora e Incorporadora Construgeral Ltda.	18/11/2016	Construção de Unidade Básica de Saúde - Bairro Rosarial



OBRAS PARALISADAS					
TC	Valor inicial do Contrato (R\$)	Valor total pago (R\$)	Contratada	Data da paralisação	Descrição da obra
-	426.940,21	33.914,07	F Fortes Engenharia Eireli	19/12/2020	Construção de Unidade Básica de Saúde – Bairro Tavares
-	505.401,09	-	HC Fernandes Construções Eireli	7/11/2020	Abrigos de ônibus
-	822.877,41	75.839,01	Baltimore Serviços e Reparos Residenciais e Empresariais Ltda.	12/8/2016	Reforma e ampliação do Posto de Saúde Central “Dr. Arcy Bandeira”
-	1.078.033,31	-	Obragen Engenharia e Construções Ltda.	16/12/2020	Pavimentação e drenagem – Bairro da Ressaca
-	314.763,79	108.614,58	F Fortes Engenharia Eireli	23/9/2020	Pavimentação – Bairro Capim Azedo
-	566.214,36	100.000,00	Kirkland & Arps Construtora e Incorporadora Eireli	7/7/2020	Pavimentação, drenagem, calçada e sinalização viária – Bairro Capim Azedo
001132.989.20-3	2.390.000,00	328.212,56	Corpav Transportes e Empreendimentos Eireli	15/2/2017	Reforma do Terminal Rodoviário
-	523.575,85	245.030,47	Verdebianco Engenharia Eireli	12/12/2019	Pavimentação, recapeamento, calçada, drenagem e sinalização viária na “Estrada Municipal da Cachoeira”
-	362.998,81	-	Kirkland & Arps Construtora e Incorporadora Eireli	25/9/2019	Recapeamento, calçada, drenagem e sinalização viária – Bairro Capim Azedo

Disponível em:

https://paineldeobras.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3AObra%3Apainel_obras.wcdf/generatedContent?userid=anony&password=zero. Acesso em: 30 jun. 2021

Constatamos inobservância ao art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal, pois muito embora a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 da comuna em apreço (Lei Municipal nº 2.277, de 1º de julho de 2020) determine a prioridade nos programas já em andamento (artigo 16 e Anexo VI da lei ora encartada)¹, as obras supracitadas não foram retomadas, desde sua paralisação. Ademais, a Lei Orçamentária não traz dotação suficiente para conclusão dos serviços necessários.

Conforme calendário de obrigações do Sistema Audesp, a Prefeitura Municipal vem atualizando a este Tribunal as informações sobre Obras Paralisadas e/ou Atrasadas.

¹ O Anexo 6 da LDO, por exemplo, traz entre seus programas de trabalho a “pavimentação de vias urbanas” e a “pavimentação de vias rurais” (documento “LDO – Anexo 6 – fls. 28”).

PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL

Face ao contido no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

Informamos, por oportuno, que o município não aderiu ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal instituído pela Lei nº 178, de 13 de janeiro de 2021.

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 89.414.009,54	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 80.502.724,84	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 3.243.333,32	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA		
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO		
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$ 5.667.951,38	6,34%

Dados extraídos do Sistema Audesp: Relatório de Instrução juntado neste evento.

Consideradas as despesas liquidadas, constata-se um *superávit* de R\$ 22.774.193,54, correspondente a 25,47%.

B.1.1.1. ANÁLISE DO ARTIGO 167-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Conforme Relatório de Gestão Fiscal emitido pelo Sistema Audesp, referente ao 1º quadrimestre do exercício analisado, é possível ver que o Ente **não** superou o limite de 95% estabelecido pelo artigo 167-A da Constituição Federal, tendo em vista que no período de 12 meses anteriores ao 2º bimestre, a relação entre despesas correntes (R\$ 213.785.092,41) e receitas correntes (R\$ 238.041.643,54) correspondeu a 89,81%, contudo, superou o limite de 85% estabelecido no § 1º do artigo 167-A.



Receita Corrente Arrecadada (Ente)		
Prefeitura e Demais Órgãos (a)	R\$	238.041.643,54
Despesa Corrente Liquidada (Ente)		
Prefeitura, Câmara e Demais Órgãos (b)	R\$	213.785.092,41
Resultado do Ente Municipal		
Percentual (c) = (b) / (a)		89,81%

Dados extraídos do Sistema Audesp: Relatório de Instrução juntado neste evento.

B.1.2. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive Antecipação de Receita Orçamentária - ARO.

B.1.2.1. DESPESA DE PESSOAL

Conforme Relatório de Gestão Fiscal emitido pelo Sistema Audesp, referente ao 1º quadrimestre do exercício analisado, é possível ver que o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no art. 20, III, alínea “b”, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Contudo, com base no art. 59, § 1º, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Executivo Municipal foi alertado, por uma vez, quanto à superação de 90% do específico limite da despesa laboral (documento anexo).

Ademais, cabe consignar que o município **não** decretou estado de calamidade pública, devidamente reconhecido pela Assembleia Legislativa Estadual, assim, **não** sendo aplicável a suspensão de contagem de prazo para recondução aos limites, conforme artigo 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

B.1.2.2. CONTRATAÇÕES DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

B.3. OUTROS PONTOS DE INTERESSE

B.3.1 ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Não constatamos desatendimento à cronologia das exigibilidades.

B.3.2 ALMOXARIFADO

Destacamos a existência de expressivo saldo de notas de empenho liquidadas na contabilidade, com mercadorias entregues, porém não lançadas nos controles do almoxarifado, cujo montante atingia, em 30/3/2021, R\$ 403.544,77 (documento anexo).

A ausência de contabilização de bens consumíveis, já entregues à municipalidade, constitui ofensa aos princípios contábeis da oportunidade e da competência, bem como à inteligência do artigo 63, § 2º, inciso III c.c. artigo 106, inciso III da Lei 4.320/1964, haja vista que a falta de um adequado controle de entradas e saídas de material no estoque da Municipalidade não assegura a fidedignidade e integridade dos registros, merecendo tal controle grande atenção, tendo caráter preventivo e sendo de suma importância para evitar desvios, desperdícios, bem como compras desnecessárias.

Nesse sentido colacionamos trecho extraído da Instrução Normativa Federal nº 205, de 8/4/1988:

“6.1. Toda movimentação de entrada e saída de carga deve ser objeto de registro, quer trate de material de consumo nos almoxarifados, quer trate de equipamento ou material permanente em uso pelo setor competente. Em ambos os casos, a ocorrência de tais registros está condicionada à apresentação de documentos que os justifiquem.”

Destacamos, por fim, que, até a data da Fiscalização, o Executivo em tela não vinha tomando providências a respeito, pois o saldo de empenhos

liquidados pendentes de lançamento no almoxarifado somava, em 30/06/2021, R\$ 2.689.532,37, representando um aumento de 566% no período de três meses (documento anexo).

PERSPECTIVA C: ENSINO

C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO

A aplicação de recursos, no período, conforme informado ao Sistema Audesp, apresentou os seguintes resultados:

Art. 212 da Constituição Federal:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	15,19%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	14,25%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	14,03%

FUNDEB:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	93,70%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	93,70%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	70,81%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	62,31%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	62,31%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	46,80%

Dados extraídos do Sistema Audesp: Relatório de Instrução juntado neste evento.

No período examinado e com base na Despesa Empenhada (Ensino e Fundeb-Profissionais da Educação) Liquidada (Ensino e Fundeb-Profissionais da Educação) e Paga, o Município apresenta percentuais de aplicação desfavoráveis ao atendimento do disposto no *caput* do artigo 212 da Constituição Federal, no § 3º do artigo 25 e no *caput* do artigo 26, ambos da Lei Federal nº 14.113/2020, bem como no inciso XI do artigo 212-A da Constituição Federal.

Nos termos do art. 59, § 1º, V, da Lei de Responsabilidade Fiscal, **foi o município alertado**, por nove vezes, consoante Notificações de Alertas juntados no presente evento.

A Secretaria Municipal de Educação, em virtude da pandemia da Covid-19, alterou a rotina escolar, com suspensão total das aulas presenciais para os alunos da rede municipal de ensino no período examinado. Contudo, vem tomando medidas educacionais de emergência voltadas a mitigar os possíveis impactos sobre a aprendizagem.

Das medidas informadas, destacamos:

- a) Entrega de material impresso;
- b) Comunicação e envio de vídeo explicativo de conteúdo através de grupos por meio de redes sociais (*whatsapp*);
- c) Acesso à plataforma digital para impressão de atividades.

PERSPECTIVA D: SAÚDE

D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados:

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	27,67%
DESPESA LIQUIDADADA (mínimo 15%)	20,92%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	17,34%

Dados extraídos do Sistema Audesp: Relatório de Instrução juntado neste evento.

D.2. FISCALIZAÇÃO REMOTA DE NATUREZA OPERACIONAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE

A fiscalização operacional consiste em uma das vertentes de atuação deste Tribunal, que encontra respaldo nas disposições dos artigos 32 e 33 da Constituição do Estado.

Ressaltamos, ainda, que a fiscalização, em virtude das limitações de locomoção causadas pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), foi efetivada remotamente, conforme previsão da Ordem de Serviço SDG nº 2/2021, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis, com destaque para a utilização do aplicativo *Microsoft Teams*, disponibilizado por esta E. Corte de Contas.

A fiscalização objetivou apurar a efetividade dos programas relativos à Saúde, especificamente nas Unidades de Saúde geridas pelo próprio Executivo local.

Para tanto, na visita remota realizada, verificamos se as condições essenciais para que isso ocorresse estavam plenamente satisfeitas – tais como: as instalações, os equipamentos e o controle de presença dos profissionais da área (especialmente médicos), dentre outros fatores.

Foi selecionada a seguinte unidade para o acompanhamento:

Unidade Visitada
Hospital Municipal de Ibiúna

A respeito das instalações físicas do Hospital, anotamos, de forma geral, a ausência de manutenção do edifício, merecendo destaque as seguintes situações:

- a) Fachada com pintura deteriorada;
- b) Pisos danificados;
- c) Inexistência de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros;

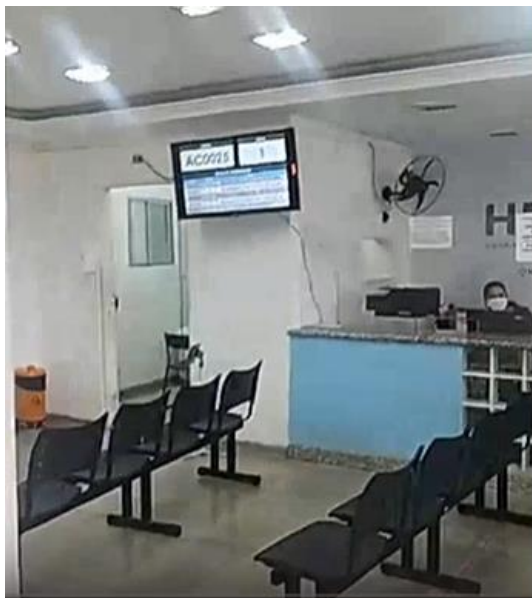
Quanto às medidas a serem observadas visando a prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da Covid-19, verificamos o seguinte:

- a) Ausência de distanciamento mínimo entre assentos nas salas de espera, proporcionando risco de contaminação;
- b) Inexistência de sinalização da área específica para atendimento a pacientes com síndrome gripal;
- c) Ausência de barreira física (como vidro, acrílico, etc.) entre a recepcionista da triagem do atendimento da ala as síndrome gripal e os pacientes do setor;

Anotamos, também, as seguintes ocorrências relativas ao controle e estoque dos medicamentos:

- a) A Farmacêutica técnica da Unidade reportou ausência de medicamentos, tais como antibióticos, sedativos e corticóides;

As ocorrências envolvendo as questões/tópicos retro indicados encontram-se exemplificadas no relatório fotográfico a seguir e ainda no vídeo gravado durante a Fiscalização Remota²:



Ausência de distanciamento entre cadeiras –
Pronto Socorro Adulto



Ausência de distanciamento entre cadeiras –
Pronto Socorro Infantil



Ausência de barreira física – recepção da área
específica para pacientes da Covid-19



Piso danificado

² Disponível em <https://web.microsoftstream.com/video/e5945113-bd88-4cb6-9c60-8c39006b1873>



Piso vinílico danificado



Fachada com pintura deteriorada



PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

G.1. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

Nos trabalhos da fiscalização não foram encontradas divergências entre os dados da origem e os prestados ao Sistema AudeSP.

PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

H.1. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

As denúncias / representações / expedientes serão tratados no fechamento do exercício em exame, tendo em vista que, no momento, não concluímos a análise da matéria.

H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

A.3. OBRAS PARALISADAS: Inobservância ao regramento da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;

B.3.2 ALMOXARIFADO: Saldo crescente de notas de empenho já liquidadas na contabilidade e não lançadas no almoxarifado;

C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO: Percentuais de aplicação desfavoráveis;

D.2.1. FISCALIZAÇÃO REMOTA DE NATUREZA OPERACIONAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE: Precária manutenção do próprio municipal; ausência de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros; ausência de distanciamento mínimo entre assentos e de barreira física apta a proteger a recepcionista; inexistência de sinalização da área específica para atendimento a pacientes com síndrome gripal; falta de medicamentos.

À consideração de Vossa Senhoria.

Seção UR-9.3 – Sorocaba, 23 de julho de 2021

Mariana de C. Pires T. Albuquerque
Agente da Fiscalização